



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

EVANDRO MANUEL JORGE

**ABERTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA EM ANGOLA: A TRANSIÇÃO DO
MONOPARTIDARISMO AO MULTIPARTIDARISMO (1991-1992)**

ACARAPE
2020

EVANDRO MANUEL JORGE

ABERTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA EM ANGOLA: A TRANSIÇÃO DO
MONOPARTIDARISMO AO MULTIPARTIDÁRISMO (1991-1992)

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Professor Dr. Ricardo Ossagô de
Carvalho

ACARAPE
2020

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. JUSTIFICATIVA.....	7
3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO.....	9
4. OBJETIVOS.....	10
4.1. OBJECTIVO GERAL.....	10
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
5. HIPÓTESES.....	10
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
6.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	11
6.2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	12
6.3. CONCEITO DE DEMOCRACIA.....	12
6.3.1. Cultura e Socialização Política.....	13
6.4. TRANSIÇÃO POLÍTICA E DEMOCRATIZAÇÃO.....	14
6.4.1. Eleições e Partidos políticos.....	16
6.4.2. Transição Política e Democracia em Angola.....	18
7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23

1. APRESENTAÇÃO

A República de Angola faz parte dos cinquenta e cinco países do continente africano. “O país situa-se na Costa Ocidental Austral do continente e faz fronteira, ao Norte, com a República do Congo (Brazaville) e com a República Democrática do Congo; ao Leste, com a República da Zâmbia; ao Sul, encontra-se a República da Namíbia; e a Oeste, o país faz fronteira com o Oceano Atlântico. Possui uma superfície total de 1.246.700 Km². Foi colônia de Portugal desde 1482 até 1975 com a autoproclamação de um Estado independente” (ALÓ, 2006, p. 14).

Segundo os resultados preliminares do censo geral ocorrido em maio de 2014, realizado pelo Instituto nacional de Estatística, publicado no site do jornal da República de Angola, a maior parte da população angolana reside na área urbana. De acordo com os dados, a população total é de 24.383.301. Deste total, 15.182.898 pessoas, correspondente a 62,3%, reside na área urbana; e 9.200.403, o que equivale a 37,7%, mora na zona rural. A maior parte dos angolanos é do sexo feminino. Angola possui 18 províncias, onde Luanda é a capital, e também é a mais populosa, concentrando cerca de 27% da população do país, em seguida vem as províncias da Huíla com 10%, Benguela e Huambo com 8% (I.N.E 2014)

Com base no tema escolhido, “abertura política e democracia em Angola: a transição do monopartidarismo ao multipartidarismo (1991-1992)” se pretende discutir a questão da emergência e a abordagem da democracia em Angola, como sendo um instrumento de desenvolvimento e governação transparente, e a constituição de um Estado democrático de direito. A abordagem desenvolve o estudo das mutações que ocorreram do ponto de vista da questão política da construção de estados no contexto africano. O sistema político angolano é semipresencial, onde assemelha-se ao da França, onde presidente concentra sobre si todos os poderes para decidir sobre várias temáticas do país e não só, entre as quais: formar governo, nomear para altos cargos públicos, quer seja do governo central ou local.

Porém, a transição para um sistema mais pluralista e participativo de governação ficou rapidamente comprometida. O reassentimento da guerra civil que houve no país depois das primeiras eleições no país, que ocorreram em 1992, isso constituiu um sério desafio para a política democrática angolana.

Há de se ter uma atenção especial, no que concerne ao conflito da guerra civil em Angola entre os três movimentos de libertação nacional, nomeadamente o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola), o período do regime de partido único e a influência ideológica comunista-leninista vigente em Angola, o confronto com a antiga potência colonizadora,

Portugal, face à influência histórica e ideológica no relacionamento com os três movimentos, o projeto Alvor em 1975 (primeiro acordo de paz em Angola), as eleições de 1992, o fracasso das eleições e o começo da guerra civil, o memorando do Luena em 2002 que possibilitou a paz interna.

O Estado quase permanente da fraqueza das instituições e dos organismos vitais para o bom funcionamento dos métodos de governação em Angola e de uma forma geral em África, manifesta-se em todas as crises e, em muitos casos, como a causa do próprio fracasso dos Estados, o que constitui hoje o maior problema que arruína o desenvolvimento e a prosperidade das instituições políticas, sociais e públicas dos países africanos. Tendo em conta que nos países africanos ainda domina uma forte intervenção do governo que concentra o monopólio de todos os mecanismos de governação, sem margem para a livre circulação de ideias e de opinião, ou seja, a participação política, como tal, sem um espaço público que permita o exercício dos direitos de cidadania, há que reduzir este défice para edificar verdadeiros Estados democráticos.

2. JUSTIFICATIVA

Angola, segundo a constituição da República (2010), no seu artigo dois alínea 1 e 2, é um Estado democrático de Direito, sendo assim está previsto por lei e em uma série de leis e princípios que defendem a soberania popular(art. 3º), ou seja, segundo os princípios democráticos, é o povo quem manda, o governo está simplesmente para representar e obedecer a vontade dos cidadãos, mas no outro lado da moeda, no sentido prático, não é isso que tem acontecido, desde a fundação da república até os dias atuais, ainda é bastante visível as barreiras que a população tem para se ver representada pelo governo ora eleito. Assim surge a necessidade de analisar de forma científica, as causas e efeitos que esse fenômeno tem apresentado no país.

A escolha de determinado tema deveu-se à experiência que se vive constantemente, pelo fato que é muito notório as fracas exigências ou participação por parte do eleitorado ou sociedade civil em geral face a gestão da coisa pública, em raros casos nota-se a intervenção da população em mostrar sua posição com aprovação ou implementação de certa política pública, por isso, houve a necessidade do desenvolvimento dessa pesquisa, para indicar certos aspectos a serem adaptados, melhorados para que no Estado angolano verifica-se uma participação política cada vez mais desenvolvida e eficaz.

O censo populacional e habitacional organizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no ano de 2014, mostrou que no Estado angolano existe em maior parte, pessoas vivendo em pobreza extrema, logo, tal situação acaba sendo um condicionante para maior participação política, devido ao acesso à alguns setores do governo, por parte da sociedade em geral. Nesta senda de ideias, o poder judiciário, propriamente o tribunal eleitoral, a quando das eleições gerais de 2008, fez algumas sondagens, a fim de medir até que ponto o público eleitor, participa nas formulações de políticas públicas.

Em Angola no que tange à participação do povo junto das instâncias governamentais, é uma questão que carece de bastante discussão no seu todo, pois essa temática ainda acaba sendo uma grande problemática no país, desde as simples reivindicações que de forma crescente têm ocorrido, até as maiores demandas da população não realizadas, tem se visto fortes barreiras concernentes a isso, visto que, o próprio governo que por norma é o representante legal e legítimo do povo, é o mesmo que restringe esse direito ao povo, porque nos seu seio (governo) existe fortemente o monopólio, e por trás a intenção de se perpetuação do poder, logo, vendo a existência desse grande condicionante do desenvolvimento do país em todos os sentidos, há a necessidade de estudos aprofundados para explicação desses fenômenos e as suas possíveis soluções.

Com base em análise de fatos históricos e políticos, procurar-se-á entender a origem, o desenvolvimento e causa dessa situação que a muito existe no país. Da mesma forma, procurar

caminhos para uma inversão no quadro político do país, o que não é recente. Em suma, esse estudo é justificado pelas opiniões públicas de bastante insatisfação sobre a representatividade das massas populares que ocorrem no país, e que muitos não sabem como se proceder de forma legal para sentirem a representação política no verdadeiro sentido e notar mudanças desse episódio, objetivando realização de suas aspirações.

3. DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

O tema escolhido visa descrever como ocorreu o período de transição política em Angola, num dado espaço de tempo compreendido entre os anos de 1991 a 1992, tendo como referência geográfica a cidade capital que é Luanda, onde por sinal se passou os episódios mais marcantes dessa época.

A principal análise deste estudo está centrada nos modos como têm decorrido os processos de abertura política, nos seus mais diversos aspectos, quer sejam positivos ou negativos, para a democracia em Angola, pois, conhecendo a história, é bastante notório que desde o período colonial o Estado angolano mostra-se muito fechado para ações voltadas ao empoderamento da soberania popular, ou seja, participação do povo na gestão do bem público.

Com base em muitas ideologias herdadas do exterior, quer sejam dos colonizadores ou das superpotências que apoiaram os movimentos de libertação nacional que posteriormente tornaram-se partidos políticos no período do conflito armado que teve no interior do país, Angola passou por um longo período muito conturbado para definição de suas estratégias de governação, muita restrição, opressão por parte da população, e consequentemente poucas aberturas de expressão popular diante do governo.

Como defende Hobbes no *Leviatã* que “o homem é o lobo do próprio homem”, sendo assim, Angola foi dirigida por um sistema de partido único, onde vigorou por muito tempo, a lei de obediência sem questionamentos diante de quem detinha o poder, que dificultou e muito o desenvolvimento do país até os dias de hoje, pelo simples fato, da ganancia de muitos governantes serem posta antes dos princípios democráticos.

Nesta senda de ideias, surgem alguns questionamentos, tais como: Porque que com as várias situações constatadas diariamente, por parte do fraco nível da participação por parte do eleitorado na formulação de políticas ou na gestão da coisa pública, suscitou a presente pesquisa? E com uma abertura política e democrática pouco sentida que vigora no Estado angolano dá certo interesse em se desenvolver essa pesquisa? Será que com o desenvolvimento desse estudo dar-se-á uma possível solução ou caminhos a seguir para resolução dos problemas verificados na sociedade democrática do Estado angolano?

É importante realçar que, mesmo Angola já tendo adotado a democracia como forma de governação, há pouca visibilidade da mesma, ainda se verifica falta de efetividade dos próprios órgãos do Estado, aspectos como transparência na governação, a soberania popular e muitos outros aspectos pertinentes nesse sistema, com isso, ferem diretamente a constituição vigente e os princípios consagrados nela.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender o processo de abertura política e democracia em Angola da transição do monopartidarismo a multipartidarismo (1991-1992)

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender os fatores sociais e econômicos que influenciam na participação política de um determinado regime democrático.
- Analisar como a ruptura do sistema de partido único favorece ou não a participação política e implementação ou formulação de políticas públicas em um regime democrático.
- Analisar de forma sintética quais dos dois regimes favorece a população nas suas necessidades básicas e sua representação diante do Estado.

5. HIPÓTESES

H¹: Angola é um Estado democrático de direito, conforme consagra a sua constituição aprovada em 2010, a abertura política dentro desse regime tem aumentando gradualmente devido alguns fatores, nomeadamente o desenvolvimento do país, formação de quadros, com isso se efetiva cada vez mais a democracia.

H²: A abertura política e a democracia em Angola ainda estão com fortes dificuldades, devido a não implementação das autarquias no seio do país, e sua posterior adesão, e falta de certas exigências por parte do eleitorado ou a população em geral.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreendermos aquilo que podemos aqui chamar de uma parte da História de Angola, o seu processo de formação de Estado, de igual forma alguns países lusófonos e não só, de um modo geral, de África, antes devemos fazer aquilo que nós podemos chamar de contextualização histórica, apresentar um panorama geral, saber como o país se formou em um Estado democrático de direito, como está dividido este processo (transitório), como o mesmo alcançou sua independência e muitos outros aspectos que serão discorrido ao longo do trabalho.

6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Angola foi uma das colônias de Portugal, mas foi uma colônia diferente das demais colônias, comparando aquilo que foram as potências colonizadora em África foi totalmente diferente das demais colônias no continente, a título de exemplo podemos ver que as colônias de outros países estavam tornando-se independentes, menos as colônias portuguesas, esse processo foi bastante complexo devido a vários fatores, tais como: A falta de unidade dos Movimentos de Libertação Nacional, destacadamente os três históricos que são; FNLA, MPLA e a UNITA, e por outro lado, pela influência ideológica herdada que eram divergentes por parte das potências que apoiaram estes movimentos no quadro da luta armada que ocorreu no seio do país (SIMÃO, 2017).

Na sua história, o país dividiu-se em três repúblicas, onde aderiu a Primeira República (1975-1991) com a promulgação da Lei Constitucional de 1975. Essa lei, não criou oportunidades para um Estado democrático daí o povo angolano seguiu e posteriormente a Segunda República (1991-2010) onde conheceu a Democracia. A Lei Constitucional assegurava que Angola era um Estado Democrático de Direito e naturalmente o poder emanava do próprio povo (C.R.A, 2010). Estava prevista a escolha de representantes por meio de eleições justas, livres e por meio do sufrágio universal. Em 1992, ocorreram as primeiras eleições no país, onde o MPLA e a UNITA foram os favoritos. Pela primeira vez na história, o povo exerceu o direito de voto, elegendo o partido no poder que lhe caberia escolher um cabeça de lista que seria o presidente da República. E por fim surge a Terceira República (2010), com a aprovação da nova constituição da República, o regime adotado pelo país permaneceu como democrático representativo formalmente, acrescentando uma única forma de participação direta do povo, o referendo. Com exceção deste instituto, o povo angolano só exerce o modelo de democracia direta quando elege o presidente e os deputados da assembleia, que atualmente no país é feito de forma simultânea, ou seja, eleições gerais.

6.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O povo angolano participa da gestão estatal unicamente por intermédio do sufrágio universal, logo, acaba sendo contrário do que seria a participação política na concepção de pasquino (2007, p.74).

“Participação política é o conjunto de ações e de comportamento que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, consequentemente os valores) do sistema de interesses dominantes”.

Nesse sentido, Pedro Demo (2001, p.20) “ressalta ainda que a participação é um processo de conquista, que para sua realização é necessário encarar o poder de frente, de maneira mais árdua”. Isso nos remete a pensar sobre os preceitos e princípios democráticos, ou que seria a Democracia e suas formas de exercício. Para Bobbio (2000, p. 30) “a democracia é caracterizada por um conjunto de regras primárias ou fundamentais, que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”.

Segundo Souza Santos (2002, p.66), a democracia se manifesta em três principais características:

1. “Participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização”;
2. “Combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas”
3. “Compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando os limites financeiros”.

Com essa afirmação de Souza Santos, é mister salientar que se esses três pontos bases da manifestação da democracia são cruciais para se efetivar a mesma, pois sem eles, poderíamos considerar que existe um regime político em qualquer Estado, mas que não é uma democracia. Nesse sentido façamos uma analogia daquilo que chega a ser a democracia a partir da sua gênese.

6.3 CONCEITO DE DEMOCRACIA

Quanto a sua gênese, ela surge no ano de 450 a.C em Atenas, como um novo sistema político, a ‘democracia’, que representava uma alternativa a tirania. Nessa época, a democracia tinha um caráter limitado, apesar de ter sido considerado a única forma de democracia direta na história. “O processo de participação era meio conturbado, pois era restringido a certos grupos de exercer esse direito, onde eram considerados cidadãos apenas os indivíduos livres (não escravos) do sexo

masculino, filhos de pai e mãe ateniense, maiores de dezoito anos e com serviço militar de dois anos, que acaba não diferindo muito da realidade atual” (FEIJÓ, 1993, p.3).

Tal como Aristóteles na “política” e de igual modo Platão na “Republica” afirmam que o governo de um sobre todos é denominado de monarquia, e o governo de poucos sobre muitos é chamado de oligarquia, o conceito de democracia passou a conotar, a ideia de uma forma de governo exercido por muitos, mas é um equívoco considerar isso uma democracia direta, pois mesmo sendo um governo para muitos e exercido por muitos, não o era por todos, haviam certas restrições, já que estavam excluídos do exercício da cidadania mulheres, escravos e trabalhadores braçais.

Para Dahl (2001, p.25) apud Carvalho (2010, p. 20) entende a “democracia como uma dominação que os gregos encontraram para definir sua forma de cunho popular e os outros nomes poderiam classificar outras formas de governo baseados, de alguma maneira no povo”.

Criou-se uma nova concepção de democracia, “o método democrático; entendido como um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, sendo a eleição a principal instituição desse modelo democrático” (SCHIMTTER 1961 apud CARVALHO 2010, p.22).

6.3.1. Cultura e Socialização Política

A democracia também envolve atitudes, comportamentos e uma concepção moral e todos designados como cultura cívica. Neste caso Amond e Powell Apud Santo (2006, p.76) entendem a “cultura política como o conjunto de padrões e sentimento acerca da política corrente numa nação a um tempo determinado”.

A cultura política de uma nação afeta a conduta dos cidadãos e líderes através do sistema político. Ela tem subjacente um conjunto de representações simbólicas, de valores, padrões de comportamentos, atitudes e crenças ligados à formação política de cada Estado, nação ou comunidade, interiorizado e interpretado por cada indivíduo.

De acordo com Rush Apud Santo (2006) ele define socialização política como sendo o processo através do qual alguns indivíduos de uma determinada sociedade tomam contato com o sistema político e que um grau significativo determina a sua percepção da política e as suas reações aos fenómenos políticos, e isso é verificado no Estado angolano com pouca intensidade. Do outro lado, a socialização política traduz-se num percurso que de forma natural ou de maneira corrente e informal envolve os indivíduos a partir do nascimento e termina com a sua morte, proporcionando a sua integração e capacitando o de instrumentos de envolvimento e atuação sociopolítica que lhes permitem desenvolver e desempenhar a sua capacidade de cidadania.

6.4 TRANSIÇÃO POLÍTICA E DEMOCRATIZAÇÃO

Os processos de abertura política deflagrada a partir da década de 1970 ensejaram o surgimento de avultada literatura sobre transição e consolidação democrática.

Alguns teóricos da democratização atribuíram considerável valor às eleições para caracterizar os regimes. Com isto, não constataam condicionamentos e limitações a que os cidadãos podem ser submetidos no período pregresso e posterior às eleições, bem como o recurso a certos meios enganosos que contribuem para determinar o resultado eleitoral. Diante deste quadro, pode ocorrer a legitimação de um governo autoritário mediante as eleições, que podem inclusive ser consideradas livres e justas. Assim, a partir da análise da transição angolana, pretendemos mostrar que os condicionamentos, os meios ardis e certas limitações impostas antes e após as eleições podem ser determinantes para os resultados das urnas, e que as realizações de eleições por si só não asseguram a democratização (DOMINGOS, 2015).

Como destaca Évora (2001), análise aqui é para falar do processo transição de um regime autoritário para uma democracia, logo é mister salientar antes, alguns fatores importantes, tais como o que é uma consolidação democrática? Quando que podemos considerar que está completa? E também os fatores que ajudam ou mesmo dificultam essa consolidação do regime democrático.

Norberto Bobbio (1993, p 1081, apud, Évora 2001, p. 13) no Dicionário da Política, ele define o regime político como “um conjunto de instituições que regulam a luta pelo poder e seu exercício, bem como a pratica dos valores que animam tais instituições” e essas instituições seriam essas as estruturas orgânicas do poder político, olhando como esse poder se organiza e incorporando também a escolha da classe dirigente. “É de ressaltar também que nem todo processo de transição conduz para a uma consolidação democrática”. Os processos de transição determinam o tipo de regime que vem a seguir, que no caso que país em estudo (Angola), foi a democracia, embora bastante questionada.

Para Garreton (1991) Apud Évora (2001, p.14), “transição democrática é a inauguração ou instalação democrática de um regime que antes era não democrático”. Dessa forma definida a democratização política de um país como um conjunto de processos que se referem à transição de um regime autoritário para um regime democrático. Considera os processos de transição que marcaram a terceira onda da democratização, que ocorreu no período compreendido entre os finais dos anos 80 até nos princípios dos anos 90. Como afirma Évora (2001), essas transições ocorreram de duas formas, destacando apenas aqui como ocorreu no caso angolano, que se deu pela negociação entre os detentores do poder (MPLA) e a oposição política mais forte (UNITA).

O processo de democratização vem sido confundido com o de liberalização, eles acontecem em etapas próprias e em processos distintos. Na leitura de Linz e Stepan (1999), Apud Évora (2001) explicam que a liberalização costuma acontecer num contexto não democrático, e para WEFORT (1989) Apud Évora (2001) a liberalização seria a primeira fase de um processo de transição.

De uma forma consensual, os estudiosos de processos de transição, apontam que esses processos podem ser tipificados em três tipos; mas é uma certeza que os processos não são iguais em todos os países que passaram por transição, cada processo tem suas especificidades próprias em decorrência de suas histórias, e aspetos sociopolíticos.

Huntington (1994, p.18) citado por Évora (2001) identifica três tipos de transição, onde a primeira seria a transição por transformação ou reforma, nessa transição os próprios líderes do regime autoritário que começam a dar os passos para criar a democracia. Em muitos destes tipos de transição, os líderes do regime autoritário iniciam o processo de abertura política porque julgavam que o mesmo sendo a realização das eleições, o povo iria escolher eles e assim iriam conservar o poder, o vem que a ser o tipo de transição que ocorreu em Angola com o MPLA. Huntington (1994, p.174 Apud Évora, 2001, p. 17), “ainda reforça dizendo que para os governantes autoritários que iniciam o processo de transição na terceira onda, acreditam que o voto popular seria simplesmente uma forma de legitimidade e se manteriam no poder”. No caso angolano, em negociações o MPLA com a oposição começou o processo de transição do sistema de partido único, para o sistema multipartidário, ou seja, o reconhecimento de outros partidos no país e a competição eleitoral, isto é, de 1991 a 1992, com as primeiras eleições gerais.

Existe também a chamada “transição pela transação”, que para Mainwaring e Share (1986) apud Évora (2001) ela inicia com o regime autoritário e consegue manter regras importantes dentro do jogo político o que acaba limitando o novo regime democrático, porque o partido autoritário consegue se manter como uma força eleitoral importante durante e depois da transição. Faz-se negociações constantes nessa transição entre os líderes autoritários e a oposição, mas essas negociações acabam sendo desiguais, eles influenciam nas características do novo regime (ÉVORA, 2001).

No início da década de 90, a África ficou conhecida pelo que é considerado como “o tempo da segunda independência”, isso pela onda de transições políticas ocorridas, onde podemos identificar aqui três modelos de transição. A transição por via da conferência nacional ou transição negociada, a transição imposta pela população e a transição feita pelo regime, apesar das transições terem certas semelhanças existe também muitas assimetrias, mas em Angola o modelo de transição ocorrida, seria a transição negociada, pois essa transição foi fruto do acordo de Bicesse em 1991-1992. Para Nzouankeu (1991, p.399) apud Évora (2001), “a transição por via da conferência

nacional é um modelo típico dos países africanos, nesse modelo, o objetivo é fazer uma transição ‘suave’ para a democracia, o que funcionou por pouco tempo em Angola”.

Para Évora (2001), os países africanos sempre foram muito dependentes da ajuda externa (Ocidente) e os das agências doadoras internacionais sempre desempenharam um papel determinante. Com isso, Riley (1992) apud Évora (2001) aponta que dois fatores ajudaram a precipitar casos de transição democrática em África, os primeiros seria a influência da ajuda externa e segundo seria a queda do Leste europeu no final da década de 80. Neste período os doadores estipularam como requisitos para liberar verbas econômicas o início de uma reforma política e a instauração de “bons governos” que no entender deles seria a introdução da democracia e o reconhecimento do multipartidarismo.

6.4.1. Eleições e Partidos Políticos

A nível da ciência política existe o consenso de que pelo simples fato de existir eleições, tal como aconteceu em Angola em 1992, e a possibilidade de troca de dirigentes, isso por si só não que um regime seja classificado como democrático, mesmo estando escrito formalmente, apesar de serem essas as condições básicas para a democratização (PRZEWORSKI, 1997 Apud ÉVORA, 2001).

As próprias eleições devem se fazer acompanhadas de outros requisitos também indispensáveis para que o regime seja considerado democrático. Segundo Schmitter e Karl (1991) apud Évora (2001 p. 15), “um regime democrático moderno é aquele que garante aos cidadãos os seus direitos na constituição e no qual existe competição entre os atores de governar”. O sistema político oferece diversos canais e processos de expressão de interesses, permitindo que estes indivíduos, sejam eles individuais ou coletivos, possam ser representados e, por último, uma característica fundamental de um regime democrático moderno seria a responsabilidade dos políticos pelos seus atos perante os cidadãos, o que a literatura chama de “*accountability*”, o que poderíamos considerar de prestações de contas com o povo.

Para Varela (2004, p.8) “em África, após as independências, devido à existência de poucas infraestruturas de ensino superior propriamente nos países que compõem os PALOP, eles celebraram acordos de cooperação com países estrangeiros (onde incluíam as potências colonizadoras) com vista ao envio de alguns nacionais para a antiga metrópole no sentido de se formarem e tornarem futuros técnicos e científicos dos seus países”.

Varela (2004, p.9) “reforça que o termino da Guerra fria e o desmoronamento da União Soviética que provocaram uma drástica redução das subvenções aos países ‘amigos’, aliado ao

fracasso dos planos de ajustamento estrutural patrocinado pelo F.M.I e o Banco Mundial”, precipitaram muitos Estados africanos para o colapso e guerra civil, estando nesse grupo, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

“Nas primeiras eleições legislativas angolanas ocorridas em maio de 1992, foi um marco histórico nos pergaminhos da política nacional e além-fronteiras, estima-se que tenham participado mais de 92%, cerca de (45 mil) de eleitores registados e o MPLA obteve 53,74% dos votos, que é uma maioria absoluta, contra os 34,10% dos votos UNITA, nas legislativas. Nas presidenciais, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos obteve 49.57% e o Presidente da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi obteve 40.07%. Após a publicação dos resultados pela Comissão Nacional de Eleições (C.N.E), a O.N.U considerou livres e justas as eleições” (CHIMANDA 2010, p.34)

Nos anos seguintes o sistema democrático representativo foi deliberadamente promovido pelos governos ocidentais (particularmente E.U.A) condicionando a entrega da solicitada e oferecida assistência econômica à realização de eleições multipartidárias. Com resultado, as eleições foram realizadas em todos os Estados PALOP (com exceção de Cabo-Verde) (VARELA, 2004).

“Essas condições causaram efeitos perversos nos PALOP, especificamente (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), o processo de democratização levado a cabo pelos regimes anteriores não passou o nível de discurso, pois foi utilizado como fachada para conseguirem o reconhecimento ou legitimidade internacional” (Varela, 2004, p.9).

Para Aguiar (1988) a relação de representação tem um papel primordial na teoria e na prática da democracia política. A lógica do exercício do poder baseia-se na função de representação.

Dessa forma ele define “os partidos políticos como sendo associações voluntárias organizadas para a mobilização do apoio popular com o objetivo da conquista do exercício direito do poder político” (AGUIAR, 1988, p.64).

Aguiar (1988) ainda enfatiza que as eleições existem para que se proceda à escolha dos representantes, pelo que seria de esperar encontrar aqui uma relação direta e sem ambiguidades entre a escolha eleitoral e a formação do poder.

6.4.2 Transição Política e Democracia em Angola.

Segundo O'donnell e Schmitter (1988), apud Carvalho (2010, p.19) “é notável que a ciência política desempenha um papel importante no desenvolvimento de novas democracias saídas do processo de transição e democratização”.

Neste sentido, Barreto (2006, p.16) apud Carvalho (2010, p. 20) considera “que qualquer forma de obtenção de poder que não seja pela via eleitoral deve ser descartada”.

De acordo com André Luiz Silva (2005, p.3, Apud Carvalho 2010, p. 24) “a descolonização e independência em África não trouxeram ainda um avanço tão significativo como se esperava”, com isso, é notório entender que a democracia se tornou um grande fenômeno político em África somente no início dos anos de 1990, onde a democratização consagrou as assim chamadas teorias da transição para a democracia.

Para (Carothers, 2002 e Huntington, 1994 apud Carvalho, 2010, p27), “qualquer país saído de um regime ditatorial encontra-se num processo transição democrática”.

Por outro lado, nota-se que a transição política nos países africanos foi, em parte fruto da opressão ocidental colocada através de vários condicionamentos políticos no início dos anos de 1990, com a transformação e a criação de sistemas multipartidários e regimes democráticos que não correspondem a sua formação inicial que, na prática veio de cima, sem uma cultura política e de lógica de semelhanças democráticas nos moldes ocidentais. A democracia hoje é uma questão absolutamente central e principal no continente africano.

Para Carvalho (2010), quase todos os representantes dos países africanos, sem exceção de Angola, são oriundos de regimes militares e de partidos único. A abertura democrática e a realização de eleições, no início da década de 1990, a maioria desses presidentes mantiveram-se no poder, o que explica vários golpes, que provaram a ineficácia de outras instituições que poderiam mediar o conflito durante o processo o qual seria vantajoso para reduzir as hipóteses de alternância no governo. Angola e o Congo decidiram entrar pelo caminho da democracia realizando eleições após independência.

Nesse sentido, a maior parte das análises sobre transição de regimes centrou-se majoritariamente em países do Sul e Leste da Europa e da América do Sul, sendo escassas pesquisas acerca da transição angolana. Grande parte dos estudos sobre Angola, entretanto, tem se dedicado ao exame do processo de colonização e descolonização, e de guerra e pacificação. Algumas das investigações que se debruçam sobre o processo de transição democrática angolana carecem de estudos mais sistemáticos, alicerçados nos critérios que caracterizam os regimes democráticos. (DOMINGOS, 2013).

Para Domingos (2013), o processo de transformação dos sistemas políticos e econômicos com o consequente estabelecimento de uma nova ordem institucional, mormente entre as décadas de 1970 e 1990, propiciou o surgimento de considerável literatura sobre transição de regimes. Grande parte desta literatura ocupou-se em definir o conceito de democracia que norteia suas análises, a fim de possibilitar distinguir os regimes democráticos dos não democráticos, bem como o seu estágio de democratização. Envidou-se, outrossim, em analisar as razões que levam os regimes não democráticos a transitarem para a democracia (por que?); as formas pelos quais transitam

(como?); os atores envolvidos no processo de liberalização e/ou democratização (quem?); e o processo de consolidação das democracias. É sobre estas questões que para a revisão da supracitada literatura, com o propósito de identificar elementos que forneçam subsídios que possibilitem o exame do processo de transição para a democracia em Angola.

Dahl (1997, p.25-26), por sua vez, “reservou o termo democracia para designar o sistema político em que uma de suas características consiste em ser quase completamente responsiva a todos os seus cidadãos, considerados como politicamente iguais”. Para Dahl ainda “nenhum grande sistema político no mundo real é plenamente democrático”.

A transição, segundo os autores, ocorreu em Angola e não só, quando os dirigentes autoritários permitiram um certo grau de liberalização e anunciaram sua intenção de ampliar significativamente os direitos individuais e coletivos, em contraposição aos arbítrios então perpetrados. “A intenção de levar a cabo a liberalização deve ser digna de crédito, a ponto de provocar mudança nas estratégias de outros atores” (DOMINGOS, 2013, p. 10).

O início da transição em que os dirigentes autoritários permitem um certo grau de liberalização ocorre apenas nas transições por reforma ou transformação, ou por transação como defende Domingos (2013), que também se enquadra o caso angolano. Porquanto, nas transições em que o regime autoritário é derrubado o início da transição não é resultado da iniciativa dos governantes autoritários, conforme sustentam os autores, mas dos novos dirigentes caso estes iniciem um processo de abertura política que assegure os direitos e liberdades dos cidadãos.

Na concepção de Dallari (1984, p. 26), “todos os seres humanos vivem em sociedade e porque as decisões políticas sempre se refletem sobre a vida e os interesses de todos”. Com isso, o autor defende que todo ser humano tem por direito tomar parte no governo de seu país e que a vontade do povo será a base da autoridade do governo.

Para Dallari (1984, p.33), “os indivíduos em geral, qualquer que seja o país, têm o dever de participar na vida social, sempre procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum, o que contrariamente acontece no caso angolano”. Por mais que haja restrições da parte do governo, independentemente qual quer que seja, todo e qualquer indivíduo que é considerado cidadão (angolano), por meios legais, tem o dever de participar na condução do país, como defende os princípios democráticos. Nesse caso, em Angola todos, estrito senso, podem participar nas formulações, processo de aprovação, implementação das políticas públicas, a fim de verem seus interesses representados, maior abertura política e conseqüentemente mais democratização.

7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que será usada para coleta e análise de dados é de natureza qualitativa, pois usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos. Os métodos de coleta de dados estão crescendo e cada vez mais envolvem participação ativa dos participantes e sensibilidade em relação aos participantes do estudo. Como afirma Creswell (2010), os pesquisadores qualitativos buscam o envolvimento dos participantes na coleta de dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas no estudo. Eles não perturbam o local mais do que o necessário.

Portanto, a “metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observadas para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14), pois “o ser humano, valendo-se de suas capacidades, procura conhecer o mundo que o rodeia” (GIL, 2010, p. 11).

O método qualitativo será de suma importância, porque o mesmo servirá como uma forma de explorar o objeto de estudo, e para entender o significado de que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Esse processo propõe a utilização de questões e procedimentos que emergem. Os dados coletados no ambiente do participante devem passar pela análise e, finalmente, deve vir a interpretação de seu significado feita pelo pesquisador. (CRESWELL, 2010).

Utilizaremos também a pesquisa bibliográfica, como Cervo e Bervian. da Silva. (2007. p.60) ela serve de grande suporte para um trabalho do gênero, ela “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre o determinado assunto, tema ou problema”. Com isso, bebeu-se um pouco desse conceito no trabalho que será realizado.

Quanto às técnicas a serem adotadas, Marconi e Lakatos (2016. p. 169) definem a pesquisa de campo, “é aquela utilizada com objetivo de conseguir informações e ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Nesse caso é o mais viável sobre o tema em estudo”. Como Cervo, Bervian e da Silva. (2007. p. 61) ainda reforçam, “dizendo que a pesquisa descritiva observa registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível a frequência com que o fenômeno

ocorre, sua relação e conexão em outros, sua natureza e suas características”, nesse sentido essas técnicas servirão como base para a realização desse estudo.

Sobre as pesquisas bibliográficas ou fontes secundárias, iremos usar as fontes já tornadas públicas em relação ao tema de estudo, com isso, também analisaremos os programas de governação já tornados públicos, políticas públicas implementadas e como se deu nesse período, o nível de intervenção estatal. Também, iremos trabalhar com textos já produzidos sobre o tema e de uma forma sistemática e aprofundada autores que descreveram de forma direta ou indiretamente como teve início esse processo de abertura política em Angola no período de transição política até as primeiras eleições gerais no país.

REFERÊNCIAS

A/LÓ, Clarisse Moreira. **Angola: lugar de castigo ou jóia do império: o degredo na historiografia e fontes** (Séc. XIX). 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

AGUIAR, Joaquim. **Democracia Pluralista**, Partidos Políticos e Relação de Representação. Análise social, vol. XXIV (100). 1988.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo. Editora Martin Claret Ltda, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANTÓNIO, Nelson Domingos. **Transição pela transação**: uma análise da democratização em Angola. 2013. 200 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que Democracia?** O processo de Transição Política Guineense e a atuação das Forças Armadas na Condução de Política Nacional (1994-2009). Universidade Federal do Piauí-UFPI. Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2010.

CHIMANDA, Pedro Fernandes. **Do Monopartidarismo à Transição Democrática em Angola**. Tese de Mestrado em Filosofia Política. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2010.

CONSTITUIÇÃO de República de Angola. 2010

CRESWELL, John W. Declaração de Objetivos. In: **Projetos de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é a Participação Política**. Abril Cultural: Brasiliense. São Paulo. 1984.

DHAL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997, p. 25-26.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**, 5ª ed, São Paulo: Cortez, 2001

SANTO, Paula do Espirito. **Sociologia política e eleitoral: Modelos e Explicações de Votos**
Instituto superior de ciências sociais e políticas. Universidade técnica de Lisboa. 2006.

ÉVORA, Roselma. **Abertura Política e o Processo de Transição Democrática em Cabo Verde**. Universidade de Brasília. Departamento de Ciência Política. Mestrado em Ciência Política. 2001.

FEIJÓ, Martins Cezar. **A Democracia Grega**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas: 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2014. Disponível em:
<http://www.ineao.com/opais.htm>. Acesso em: 23_junho 2019

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

PASQUINO, Gianfranco. **Sistemas políticos comparados**. Ed. Principia. 4ª Edição. 2007.
Pág.74

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIMÃO, Santos Garcia. **Angola, de 1975 à Actualidade**. Publicado em 12 de julho de 2017.
Disponível em <https://www.webartigos.com/artigos/angola-de-1975-a-actualidade/152342>
Acesso:10 de maio 2019(online).

VARELA, Odair Bartolomeu. **Ciência e Democracia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Um Cruzamento de Baixa Intensidade.** Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. 2004

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7º Edição. São Paulo Atlas. 2016.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6º Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.